

Canal Energia – 18/072007

EPE contesta risco de racionamento elevado

Leilões este ano e em 2008 e movimentação de consumidores livres para contratar energia são razões que minimizam riscos de déficit, diz Tolmasquim.

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, OeM

18/07/2007

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Mauricio Tolmasquim, contestou nesta quarta-feira, 18 de julho, o resultado do estudo divulgado pelo **instituto Acende Brasil**, segundo o qual há risco de racionamento de 28% em 2011. Segundo ele, há quatro razões as quais permitem concluir que não há problemas de abastecimento a curto prazo. Uma delas, ressaltou, é a possibilidade de realização de dois leilões A-3 para atender os anos de 2010 e 2011: um no próximo dia 26 e outro em 2008.

O segundo motivo, destacou, é a movimentação por parte dos consumidores livres para contratar energia. Segundo Tolmasquim, grandes consumidores, eletro-intensivos, têm se mobilizado no sentido de comprar energia de pequenas centrais hidrelétricas e usinas a biomassa. O executivo lembrou que um cliente eletro-intensivo fechou negócios com diversas PCHs antes do leilão de fontes alternativas, o que retirou oferta do certame.

Outro detalhe, de acordo com Tolmasquim, é que o Operador Nacional do Sistema Elétrico está finalizando a proposta de despacho térmico antecipado, que será apresentado nas próximas reuniões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. A proposta consiste em despacho com base em níveis meta de armazenamento, previstos com pelo menos um ano de antecedência.

Já a quarta razão envolve reserva de geração, que pode ser adotada pelo governo caso haja percepção de risco de racionamento. "A proposta está prevista pela lei 10.848/2004 e foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento", observou Tolmasquim. A reserva de geração é um mecanismo que permite a aquisição de energia pelo governo, para stand by em caso de necessidade.

Na avaliação de Tolmasquim, há uma pressão excessiva por parte de alguns agentes do setor para que haja elevação de preço-teto em leilões ou aumento da aquisição de energia de biomassa, com a veiculação de informações de elevação de risco de racionamento, o que pode implicar, avalia, em risco tarifário. "Podemos ter mais segurança, mas há um custo associado a isso", destacou.

Tolmasquim rechaçou ainda que a demanda para o leilão A-3 é de cerca de 1,5 mil MW, conforme calculado pelo estudo divulgado pelo **Acende Brasil**, em parceria com a empresa de consultoria PSR. Nas contas do estudo, a demanda máxima permitida a ser contratada é de 676 MW médios - 2% da demanda de 2005, somados à demanda frustrada de 803 MW médios do leilão de fontes alternativas.

O estudo "Programa Energia Transparente" projeta elevação de risco de racionamento para 28% em 2011 e a necessidade de obter 1.603 MW para fechar a conta dos 3,1 mil MW de demanda necessária para os próximos quatro anos.

Pelas contas do **Acende Brasil**, a demanda total do leilão A-3 deste ano é de 1.479 MW, sendo que 596 MW médios previstos para serem negociados são de usinas botox. Como a entidade prevê a contratação de todas as botox inscritas, a oferta necessária para atender o A-3 seria de 883 MW médios.

Em 2008, a limitação de 2% da demanda de 2006 (dois anos anteriores) equivale a 720 MW, que somados aos 883 MW médios resulta em 1.603 MW médios. Reduzindo de 3.100 MW, o valor necessário para adicionar em 2010 e 2011, segundo o estudo é de 1.497 MW médios.

Ainda segundo o presidente da EPE, o percentual não é rigorosamente fixo, uma vez que a legislação também prevê flexibilidade em casos de mudanças no atendimento da demanda, como

redução de cotas de Itaipu ou atrasos na entrada em operação de projetos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

No encerramento do leilão A-5 realizado em outubro do ano passado, o Ministério de Minas e Energia, havia anunciado demanda não contratada de 0,4%, correspondente a 139 MW médios. Para 2010, afirmou, a demanda estaria atendida, com leve sobrecontratação.